

Cultura Política dos Jovens do Litoral do Paraná: uma investigação para um Projeto de Extensão

Political Culture of Young People from the Coast of Parana: an investigation for an Extension Project



ISSN 2358-7180

David Perez Milani¹, Vinicius Poteriko Neduziak², Wellyngton Fernando Leonel de Souza³, Daniela Resende Archanjo⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo descrever os resultados de uma pesquisa realizada com o intuito de orientar a atuação de um projeto de extensão do Setor Litoral da UFPR voltado a fomentar a cultura política democrática entre os jovens do litoral do Paraná. Com abordagem metodológica mista, a pesquisa investigou a cultura política dos jovens-alvo do projeto, tendo sido realizada através de questionário aplicado no período de julho de 2017 a julho de 2018 para alunos do Ensino Médio de escolas públicas urbanas dos municípios do litoral paranaense. A natureza desta divulgação científica classifica-se como exploratória e descritiva e se configura como um exercício de compreensão sobre como os jovens da região pensam e se relacionam com a política, suas instituições, sistemas e práticas. Os resultados apontam para a falta de interesse dos jovens por política e para a falta de identificação por parte deles de espaços nos quais se sintam aprendendo, discutindo ou exercendo política. Os jovens se colocam em posição passiva, como telespectadores, rejeitando comportamentos que expressam posicionamentos políticos mais ativos. Os achados da pesquisa levaram o projeto de extensão a trabalhar na promoção da educação política de crianças e jovens, divulgando informações envolvendo a estrutura e funcionamento do Estado brasileiro e estimulando a participação democrática. Dada a importância da temática para o desenvolvimento da cidadania e o fortalecimento da democracia, pretende-se replicar a pesquisa de tempos em tempos, mantendo atualizado o olhar sobre como os jovens do litoral paranaense pensam e vivenciam a política.

Palavras-chave: Cultura política. Jovens. Litoral paranaense.

ABSTRACT

This article aims to describe the results of a research conducted in order to guide the performance of an extension project of the Coastal Sector of UFPR aimed at fostering democratic political culture among young people from the Paraná coast. With a mixed methodological approach, the research investigated the political culture of the young target of the project, having been carried out through a questionnaire applied from July 2017 to July 2018 for high school students from urban public schools in the municipalities of the coast of Paraná. The nature of this scientific dissemination is classified as exploratory and descriptive and is configured as an exercise of understanding about how young people

¹ Graduado em Administração Pública. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: xperezmilanix@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4959-7472>

² Graduando em Administração Pública. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Matinhos, Paraná, Brasil. E-mail: autor2@email.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3799-7193>

³ Mestrando bolsista CAPES/DS em Turismo. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: wellyngtonando@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9579-5667>

⁴ Doutora em História. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: danielaarchanjoufpr@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7761-8955>

in the region think and relate to politics, its institutions, systems, and practices. The results point to the lack of interest of young people in politics and the lack of identification by them of spaces in which they feel learning, discussing, or exercising politics. Young people put themselves in a passive position, as viewers, rejecting behaviors that express more active political positions. The research findings led the extension project to work on the promotion of political education for children and young people, disseminating information involving the structure and functioning of the Brazilian State and stimulating democratic participation. Given the importance of the theme for the development of citizenship and the strengthening of democracy, it is intended to replicate the research from time to time, keeping updated the view on how the young people of the Paraná coast think and experience politics.

Keywords: Political culture. Young. Paraná Coast.

INTRODUÇÃO

O presente artigo descreve os resultados de uma pesquisa realizada no início do projeto de extensão “Fomentando a cultura política democrática: construindo caminhos para a coprodução do bem público”, em 2017. O projeto é desenvolvido no Setor Litoral da UFPR, em Matinhos/PR, e atualmente recebe o nome de Projeto “Cultura + Política”. A pesquisa foi proposta para aproximar os integrantes do projeto do público-alvo da extensão (os jovens do litoral do Paraná), bem como para estimular os participantes a estudarem as temáticas centrais do projeto a partir de uma perspectiva de uso aplicado dos conceitos.

Tendo como objetivo geral fomentar o desenvolvimento de uma cultura política democrática e participativa entre os jovens do litoral do Paraná, o projeto de extensão iniciou suas atividades com leituras de estudos aplicados sobre cultura política, passando a dedicar-se à elaboração de um instrumento de pesquisa cuja posterior aplicação e análise visou fornecer informações sobre a cultura política dos jovens do litoral do Paraná.

A hipótese inicial da pesquisa era de que os resultados se aproximariam dos encontrados em outros estudos, ou seja, jovens “desinteressados por política, percebida por eles como algo limitado (e compreendida apenas na sua dimensão de disputa pelo poder do Estado, considerado negativamente) e não relacionada à vida de cada um.” (LEAL, GROHMANN e SILVA, 2010, p. 80).

Serviram como inspiração e referência as pesquisas de Rute Baquero e Marcello Baquero, e de Sérgio de Azevedo, Orlando Alves dos Santos Junior e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, cujos resultados aparecem, respectivamente, publicados nos artigos: ‘Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens Porto-

Alegrenses' (2007), e 'Mudanças e Permanências na cultura política das metrópoles brasileiras' (2009).

Embora tenha sido iniciada em 2017, e tenha demandado um trabalho exaustivo de tabulação, feito a várias mãos, a pesquisa ainda não teve seus resultados apresentados de forma completa, abrangendo todos os municípios e tópicos estudados. Partes dos resultados, com recortes por municípios ou com recortes temáticos, foram apresentados nos Trabalhos de Conclusão do Curso de Administração Pública do Setor Litoral da UFPR dos estudantes Lara (2017), Rebuli (2017), Pallaro (2018) e Milani (2019).

O principal uso das informações obtidas com a pesquisa se deu no âmbito interno do projeto, possibilitando que os estudantes enxergassem como os jovens da região pensam e se relacionam com a política, suas instituições, sistemas e práticas. Tais informações nortearam o planejamento das atividades do projeto, que passou a se dedicar à educação política, com a divulgação de informações envolvendo a estrutura e o funcionamento do Estado brasileiro e o estímulo à participação democrática.

Embora a Constituição Federal de 1988 preveja em seu texto a abertura de diversos espaços para a participação social - como os conselhos de políticas, as audiências públicas, as ouvidorias, dentre outros -, são evidentes os limites desses espaços institucionalizados de participação que, por diferentes fatores de ordem cultural, estrutural e política mostram-se incapazes de efetivar a ingerência da sociedade nas ações dos governos (AVRITZER, 2008).

Um dos limites é a falta de preparação das pessoas para a participação. Para a efetivação da participação é preciso preparar os sujeitos, investir na construção de uma cultura política democrática e participativa. Tal mudança implica “um processo de capacitação (educação política) das pessoas para não só se interessarem nos assuntos de natureza política, como também, fundamentalmente, participarem dessa arena” (BAQUERO, 2003, p. 91). Capacitação pois “o comportamento social e político é resultado de um processo de aprendizagem e esta aprendizagem começa na infância e, em muitos sentidos, é complementada na adolescência” (BAQUERO e BAQUERO, 2007, p.143) e, também, na vida adulta. Tal aprendizagem envolve tanto o acesso a conteúdos técnicos, especialmente aqueles que embasam os textos legais e o próprio *modus operandi* da administração pública, quanto conteúdos de fundo, entendidos como aqueles que

apresentam princípios e valores que embasam o sistema democrático em uma perspectiva mais ampla, ensinando a tolerância, a solidariedade, o fazer e pensar coletivo etc.

O movimento para a capacitação/educação política já está sendo feito, com o desenvolvimento de diversas atividades de extensão que alcançam o público infantil e juvenil. Agora é chegada a hora de compartilhar os resultados da pesquisa realizada.

No que tange ao desenho estrutural, o artigo está organizado em quatro partes. Nesta primeira parte foi feita a introdução, contextualizando a pesquisa realizada como atividade do projeto de extensão. Na segunda parte apresenta-se o processo metodológico de pesquisa. Em seguida, descrevem-se os resultados encontrados e as discussões (quantitativas/qualitativas) acerca dos temas contemplados no instrumento de pesquisa aplicado. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais com uma síntese dos resultados da pesquisa e indicações de pesquisas futuras.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica adotada é mista. Segundo Gil (2002), a abordagem metodológica depende de fatores como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. A abordagem quantitativa “baseia-se na medição numérica e na análise estatística para estabelecer padrões” (HERNÁNDEZ SAMPIERI, 2013, p. 30) enquanto a abordagem qualitativa “trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 1994, p. 21-22). A natureza desta divulgação científica classifica-se como exploratória, pois objetiva “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo,” sobre o objeto estudado (GIL, 2012, p. 27); e descritiva, pois foca na descrição das características da população estudada, relacionando as diferentes variáveis levantadas na pesquisa (GIL, 2012, p. 28).

O delineamento da pesquisa se deu através de questionário aplicado no período de julho de 2017 a julho de 2018 para alunos do Ensino Médio de escolas públicas urbanas dos municípios do litoral paranaense (Antonina, Morretes, Guaratuba, Pontal do Paraná, Matinhos e Paranaguá). O questionário, com um total de 41 questões, distribuídas entre questões de múltipla escolha, de escala likert e de associação livre de palavras, demandou aproximadamente 45 minutos para ser respondido, tendo sido aplicado dentro das escolas, durante o horário de aula. As autoridades escolares (diretores ou coordenadores)

indicaram as turmas que fariam parte da pesquisa, considerando a dinâmica de funcionamento da escola.

Foram aplicados 1.603 questionários. No processo de tabulação dos dados houve a exclusão dos questionários que apresentavam muitas respostas em branco, ou muitas respostas inconsistentes ou conflitantes, restando 1.589 questionários tabulados, cujas respostas subsidiaram a presente discussão.

O cálculo da amostra foi feito da seguinte forma: a partir das informações disponibilizadas no site do Núcleo Regional de Educação de Paranaguá foi levantado o número de estudantes matriculados no ensino médio regular das escolas públicas urbanas do litoral. Diante do número total de matrículas em cada município, utilizando a calculadora de tamanho da amostra disponibilizada pela Survey Monkey (companhia de desenvolvimento de pesquisas online), considerando margem de erro de 5% e grau de confiança de 95%, chegou-se ao tamanho da amostra por município, tendo sido esse o número balizador da aplicação dos questionários.

Para a análise dos dados quantitativos, as respostas foram tabuladas em planilha do Microsoft Excel e posteriormente analisadas com técnicas de estatística descritiva contemplando média, desvio padrão e distribuição de frequência. A análise dos dados qualitativos foi aplicada às questões de associação de palavras. As questões pediam para que o participante associasse três palavras às palavras “política”, “partidos políticos”, “governo” e “democracia”. A análise seguiu algumas etapas: Primeiramente, foi utilizado o software OpenRefine, para limpeza e homogeneização dos dados. Foi realizada a desambiguação⁵, reduzindo os problemas decorrentes de sentidos ambíguos. Na sequência, foi aplicada uma métrica da Análise de Redes para identificação dos grupos e comunidades de palavras associados a cada uma das palavras matrizes (política, partidos políticos, governo e democracia), bem como para a identificação da relação entre elas. Para a análise de redes foi utilizado o software Gephi, que permitiu a construção de um grafo que possibilita a visualização das relações de proximidade entre as palavras bem como entre as comunidades de palavras citadas pelos participantes da pesquisa.

⁵ Desambiguação é a tarefa de determinar o sentido mais adequado de uma palavra, considerando o contexto no qual foi utilizada e os possíveis significados que tem na língua. É necessária para reduzir problemas com palavras que têm mais de um sentido/entendimento, dependendo da interpretação.

A construção da rede foi feita a partir de cálculos de frequência para a identificação dos nós que possuem um peso maior (esses nós correspondem às palavras citadas pelos respondentes que se destacam dentro do conjunto de respostas em função da frequência com que aparecem). Para a montagem do grafo buscou-se apresentar a organização das palavras dentro da rede considerando a proximidade entre elas. Para a distribuição foi utilizado o plugin Yifan Hu Proporcional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário buscava analisar a cultura política dos jovens, estabelecendo diálogo com diferentes áreas do conhecimento, configurando-se em instrumento interdisciplinar de pesquisa. Dentre as 41 questões que compuseram o questionário, estavam questões de identificação do perfil socioeconômico dos respondentes, questões sobre socialização política (na família, na escola e em outros espaços de socialização), sobre formas de associativismo e mobilização, confiança interpessoal e em instituições, princípios e práticas democráticos e participação política.

Em relação ao perfil dos respondentes, considerando o gênero, 49,9% (r = 793) se identificaram como mulheres, 48,8% (r = 775) como homens, 0,1% (r = 2) como neutro e 1,2% (r = 19) optaram por deixar a questão em branco. A maioria dos respondentes (89%) tinham entre 13 e 18 anos (r = 1426) e 6,36% (r = 101) tinham entre 19 e 22 anos.

A maioria dos respondentes, 94% (r = 1493), se declararam solteiros. Apenas 1,5% (r = 23) declararam ter filhos. Em relação à cor, 46,3% (r = 736) se declararam brancos, 43,3% (r = 689) pardos, 5,6% (r = 88) pretos, 2,7% (r = 43) amarelos, 1,2% (r = 19) indígenas e 0,9% (r = 14) deixaram a questão em branco.

A pesquisa sobre a cultura política dos jovens do litoral do Paraná usou o Critério Brasil, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP (2022), como modelo para o desenho do perfil econômico dos participantes. O resultado mostra que 6,04% dos participantes fazem parte da classe socioeconômica A, 41,35% da classe B, 48,65% da classe C e 3,96% pertencem às classes D e E. No que diz respeito à situação de moradia dos participantes, observa-se que a maioria, 79,7% (r = 1266), declarou residir em casa própria e 13,8% (r = 220) declarou residir em casa/apartamento alugado. Do total de respondentes, 53% (r = 840) moram com mais 2 ou 3 pessoas e 29% (r = 460) moram

com mais 4 ou 5 pessoas. Ou seja, a maior parte dos respondentes pertence a famílias de médio porte.

Perguntados sobre o nível de interesse por política, 3% ($n = 50$) dos jovens participantes deixaram a questão em branco, 14% ($n = 216$) responderam que não têm “nenhum interesse” em política, 27% ($n = 436$) responderam que “não têm muito interesse” e quase 15% ($n = 236$) responderam que são indiferentes. Se considerarmos que aqueles que sequer responderam à questão somam-se ao grupo dos que não se interessam por política, chegamos a 59% dos participantes, contra 41% ($n = 651$) que têm algum ou muito interesse em política.

Considerando as respostas em uma escala de 5 pontos, na qual 1 = interesse nenhum; 2 = não muito interessado; 3 = indiferente; 4 = interessado e 5 = muito interessado, a média geral ficou em 2,95. O desvio padrão é de 1,24, considerado alto, o que indica que muitas respostas se distanciaram da média.

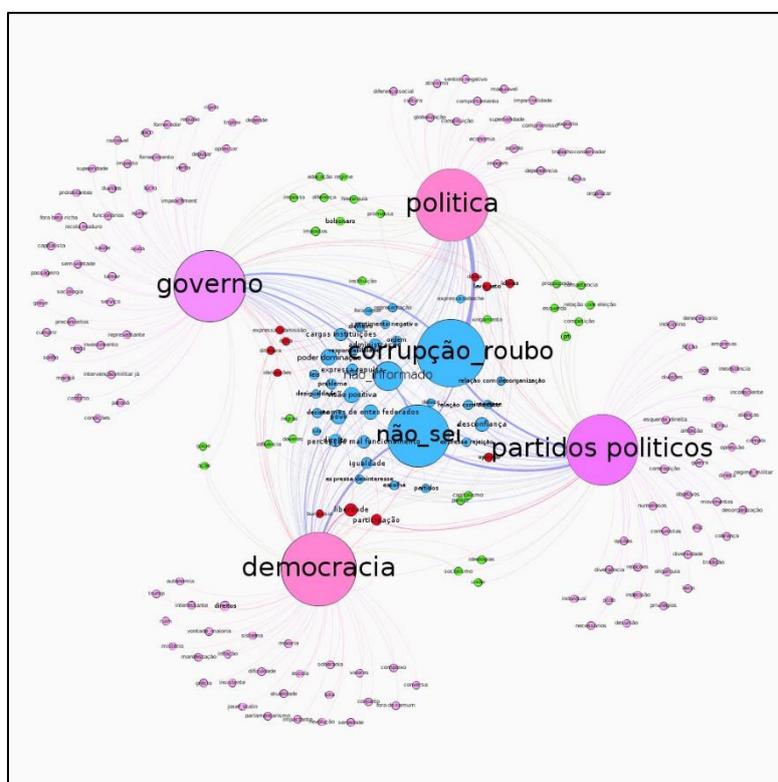
A análise do grafo (Figura 1), formado a partir do estabelecimento da rede de palavras associadas pelos participantes aos termos “política”, “partidos políticos”, “governo” e “democracia”, aponta no sentido de uma visão negativa dos jovens em relação a essas instituições, o que, em alguma medida, pode ser considerada uma explicação para a falta de interesse por política.

Para a interpretação do grafo, importa destacar que a rede se constitui de um conjunto de 203 nós (vértices) e 356 ligações (arestas). Os nós, representados pelos círculos, correspondem às palavras respondidas pelos participantes. Lembrando que primeiramente as palavras passaram por um processo de limpeza, homogeneização e desambiguação, o que resultou, em alguns casos, na construção de categorias, que reúnem palavras semelhantes ou de mesmo sentido sob um mesmo título. É o caso, por exemplo, da categoria “corrupção_roubo”, que foi formada acolhendo palavras como: latrocínio, estelionatário, ladrão, corrompido, dentre outras. O tamanho dos nós destaca a sua importância na rede de palavras. Quanto maior o nó (maior o círculo), mais vezes aquela palavra apareceu nas respostas e quanto menor, menos vezes. As ligações, representadas no grafo como linhas, são as associações feitas, ou seja, as conexões feitas entre as palavras, considerando que as questões pediam para que o respondente escrevesse três palavras que ele associava com política, com partidos políticos, com governo e com

democracia, separadamente. As cores usadas na representação das ligações no grafo têm o seguinte significado: ligações na cor rosa, representam que aquela palavra/categoria foi ligada apenas a uma das palavras matrizes (política, partidos políticos, governo ou democracia); as ligações na cor verde indicam que a palavra/categoria foi ligada a duas dentre as quatro palavras matrizes; as ligações na cor vermelha indicam que a palavra/categoria foi ligada a três das palavras matrizes; e, por fim, as ligações na cor azul indicam que a palavra/categoria foi ligada às quatro palavras matrizes. A espessura das linhas está relacionada à frequência com que aquela ligação apareceu no conjunto das respostas. Linhas mais espessas indicam maior frequência e linhas mais finas, menor frequência.

O grafo mostra que a associação com “corrupção_roubo” foi a que mais apareceu, com o maior nó, estando no centro do grafo, tendo sido associada tanto a política, quanto a partidos políticos, governo e democracia (ligação na cor azul). As associações seguintes que mais aparecem são, respectivamente, com a resposta “não sei” e, com a resposta deixada em branco (“não informado”), respostas que também apontam para o distanciamento dos jovens em relação ao universo da política.

Figura 1 – Rede de palavra



Fonte: elaboração dos autores (2022).

Como se pode notar, o conjunto de palavras respondidas pelos jovens foi bastante amplo e diversificado. A diversidade dificultou bastante o trabalho de homogeneização, tendo impedido a junção de palavras sob uma mesma categoria, sob pena de comprometer a fidedignidade dos dados. Por isso o grafo apresenta muitos nós com uma ligação única (cor rosa). Nota-se que algumas palavras associadas pelos participantes parecem bem distantes e sem conexão com a respectiva palavra matriz, como, por exemplo, as palavras “lacrou” e “inconsciente”, associadas a “partidos políticos” ou “família” associada a “política”. Além disso, em relação a palavras como “influência” e “relações”, por exemplo, não foi possível estabelecer se apareceram valoradas de forma positiva ou negativa, ou seja, como característica positiva ou negativa da palavra matriz. Para uma melhor compreensão do sentido que os jovens respondentes queriam expressar com tais palavras seria necessária uma nova etapa da pesquisa, de cunho eminentemente qualitativo, que buscasse alcançar o significado atribuído pelo jovem respondente à(s) palavra(s) que associou.

Considerando que o voto é a forma mais tradicional de participação política, sendo a forma mais evidente de participação da sociedade na política, e, ainda, considerando que, no Brasil, o direito ao voto é garantido aos jovens a partir dos 16 anos de idade, a pesquisa levantou o número de respondentes que já haviam tirado o título de eleitor, instrumento obrigatório para o exercício do voto. Entre os jovens que responderam ao questionário, 77% (r = 1223) já possuíam 16 anos no momento da pesquisa, idade em que já é permitido obter o título de eleitor, porém, menos da metade desses jovens, apenas 47,8% (r = 585), possuíam o documento no momento da pesquisa.

É evidente a relação entre o baixo interesse por política e o baixo número de jovens com título de eleitor. E, de fato, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de jovens entre 16 e 17 anos que votou no ano de 2016 foi de 2.019.831 eleitores e em 2018 foi de 1.164.514 eleitores, uma redução significativa (TSE, 2022). Os resultados da pesquisa apontam que mesmo dentre aqueles que fizeram o título de eleitor, alguns podem ter optado por não ir votar. Quando perguntados se já votaram em alguma eleição, 87,7% (r = 1394) do total de respondentes responderam que nunca haviam votado. Ou seja, parte dos que já tinham o título no momento da pesquisa ainda não haviam votado em uma eleição. Tal resultado pode estar relacionado ao fato de as eleições terem ocorrido em outubro de 2016 e em outubro de 2018, não tendo havido eleições no período de aplicação do

questionário. Os jovens pesquisados podem ter feito o título de eleitor com a intenção de participar das eleições de outubro de 2018.

Com o intuito de identificar o nível de conhecimento dos jovens sobre as características/funções dos cargos públicos eletivos do país, o questionário contemplou uma questão de associação de colunas na qual o respondente devia ligar cada cargo à uma característica/função correspondente. Em uma coluna apareciam os cargos públicos eletivos e na outra apareciam as características/funções. O índice de não resposta a essa questão foi de 10% (r = 158). Dos que responderam, apenas 9% (r = 128) acertaram todas as associações, os demais erraram duas ou mais associações.

No âmbito federal o cargo que teve mais erros foi o de Deputado Federal. Dos respondentes, 74% (r = 1.059) erraram a associação entre Deputado Federal e “Como representantes do povo brasileiro, trabalham elaborando as leis do país na Câmara dos Deputados”. A maior parte dos que erraram, relacionaram Deputado Federal com a característica/função do Presidente da República, qual seja, “É responsável pela administração pública no âmbito federal”. O erro de associação do cargo de Presidente da República com a característica/função do Deputado Federal foi ainda maior, sendo cometido por 54% (r = 773) dos respondentes da pesquisa.

No âmbito dos cargos eletivos estaduais, 78% (r = 1.116) erraram a associação entre Deputado Estadual e “Trabalham nas Assembleias Legislativas”. A maioria dos que erraram, associaram Deputados Estaduais com característica/função dos Senadores, qual seja: “Junto com os Deputados Federais compõem o Congresso Nacional”.

Por fim, em relação aos cargos públicos eletivos no âmbito municipal, diferentemente do que ocorreu em relação às outras esferas de governo, os acertos foram maiores do que os erros. 67% relacionaram corretamente o cargo de Prefeito com a característica/função “São os principais representantes do Poder Executivo no âmbito municipal”. Mas 42% (r = 601) erraram a associação entre o cargo de Vereador e a característica/função “Trabalham elaborando leis de âmbito municipal e fiscalizando o Prefeito”. Os que erraram associaram Vereador com “Junto com os Deputados Federais compõem o Congresso Nacional” (característica/função dos Senadores) e com “São os principais responsáveis pela administração pública no âmbito estadual” (característica/função de Governadores).

A tabela 1 apresenta nas duas primeiras colunas a associação correta entre cargo e característica/função, na terceira coluna apresenta o percentual de respondentes que erraram a associação e na quarta coluna apresenta o percentual de respondentes que acertaram a associação. As duas últimas colunas do quadro destacam os erros de associação que mais aconteceram.

Tabela 1 – Associação entre cargo e característica/função dos representantes públicos

Cargos Eletivos	Função	Erros	Acertos	Cargo mais confundido	Cargo confundido
Âmbito Federal					
Presidente da República	É responsável pela administração pública no âmbito federal	69%	13%	Deputado Federal	54%
Senador	Junto com os Deputados Federais compõem o Congresso Nacional	69%	31%	Deputado Federal	30%
Deputado Federal	Como representantes do povo brasileiro, trabalham elaborando as leis do país na Câmara dos Deputados	74%	26%	Presidente da República	45%
Âmbito Estadual					
Governador	São os principais responsáveis pela administração pública no âmbito estadual	65%	35%	Deputado Estadual	49%
Deputado Estadual	Trabalham nas Assembleias Legislativas	78%	22%	Senador	36%
Âmbito Municipal					
Prefeito	São os principais representantes do Poder Executivo no âmbito municipal	33%	67%	Vereador	26%
Vereador	Trabalham elaborando leis de âmbito municipal e fiscalizando o Prefeito	42%	58%	Senador e Governador	24%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Para entender com que frequência assuntos relacionados à política são tratados nos principais espaços de socialização dos quais os jovens do litoral paranaense

participam, foram feitas perguntas sobre a frequência com que temas políticos são tratados: na escola, em casa, com amigos e com vizinhos. A partir das respostas válidas foi possível elaborar a tabela 2.

Tabela 2 – Frequência e espaços de socialização do assunto política

Espaço de Socialização	Frequentemente	Algumas vezes	Raramente	Nunca
Política na escola	32%	46%	18%	4%
Política em casa	16%	47%	29%	8%
Política com amigos	7%	29%	34%	30%
Política com vizinhos	5%	18%	33%	44%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Dentre os quatro espaços identificados nas perguntas (escola, casa, amigos e vizinhos), a escola é o espaço no qual os jovens percebem que a política é mais frequentemente tratada. Somando as respostas “frequentemente” e “algumas vezes” temos um total de 78% ($r = 1.216$). O ambiente doméstico, familiar, também aparece como um espaço privilegiado de tratamento de temas relacionados à política, tendo 63% ($r = 941$) dos respondentes marcado que “frequentemente” ou “algumas vezes” falam sobre política em casa. A situação muda em relação ao ambiente da rua, onde estão os amigos e vizinhos. Em ambos os espaços os jovens quase não percebem a presença de conteúdos políticos.

É possível presumir que ao responderem sobre a frequência com que assuntos relacionados à política são tratados nos diferentes espaços de socialização, os jovens pensaram em momentos mais formais/instrucionais de tratamento do tema, como as aulas de história, por exemplo, provavelmente desconsiderando conversas informais, comentários esparsos, presença de bandeiras ou adesivos nas casas e carros, dentre outras formas corriqueiramente usadas para abordar assuntos de política.

Perguntados se consideram que participam das decisões tomadas nas suas famílias, $\frac{1}{3}$ dos participantes deixou a questão em branco. Dentre aqueles que responderam, 76% ($r = 805$) disseram que participam. Em relação à percepção dos respondentes sobre o domínio de condições, tais como: informação, liberdade e confiança, para tomar decisões de alto impacto⁶ sobre a própria vida ou a vida da família,

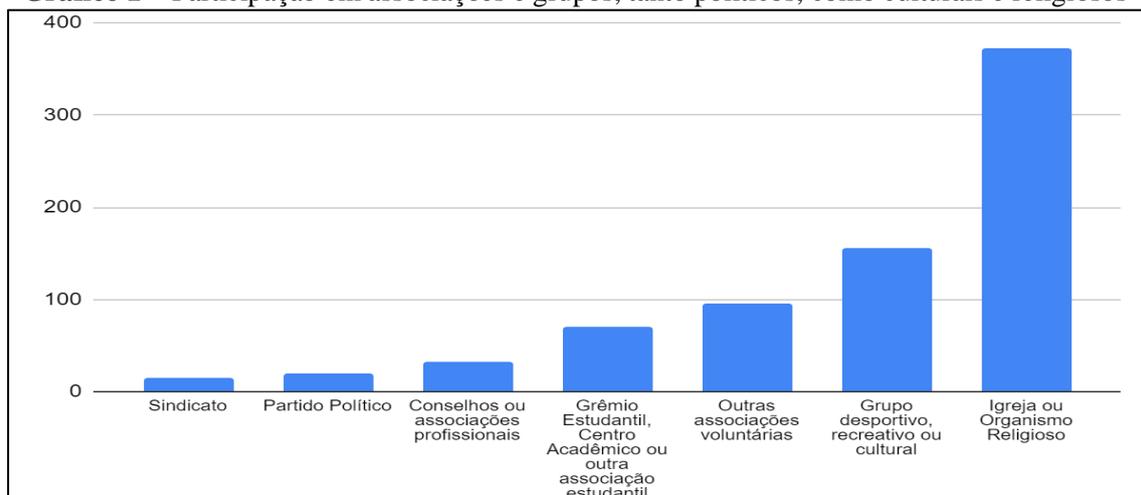
⁶ Exemplos de decisões de alto impacto sobre a vida da família que foram apontados no questionário: mudança de turno na escola, mudança de escola, mudança de casa etc.

30% (r = 477) deixaram de responder a questão. Dentre aqueles que responderam, 66% (r = 734) consideram ter condições de participar nas decisões enquanto 44% (r = 489) consideram não ter condições.

Cruzando as respostas dadas às duas questões (relacionadas à participação e ao domínio de condições para participar de decisões que afetam a família), verificou-se que 14% daqueles que afirmaram participar das decisões tomadas na família, consideram que não possuem condições para tomar decisões de alto impacto sobre a própria vida ou a vida familiar. Em contrapartida, 8% dos que responderam que não participam das decisões no âmbito familiar, consideram que têm condições para tal participação. Nota-se que, no que concerne às questões familiares, os jovens se sentem com informação, liberdade e confiança suficientes para tomar decisões e, de fato, se sentem participando das decisões nesse âmbito doméstico/familiar.

Perguntados se consideram que participam das decisões tomadas na escola, 3% (r = 48) não responderam. Dos que responderam, a maioria, 73% (r = 1.124), consideraram que não participam. Na questão sobre ter condições (informação, liberdade e confiança) para tomar decisões sobre questões administrativas e pedagógicas da escola, como, por exemplo, decisão sobre conteúdos e sobre horários das aulas, 71% (r = 1.094) consideram não ter condições para decidir. Como se pode notar, no que se refere à participação nas decisões relacionadas à escola, a maior parte dos jovens não se sente em condições de participar e nem considera que participa das decisões nessa seara.

Sobre a participação em associações e grupos, tanto políticos, como culturais e religiosos, 52% (r = 826) marcaram não ter nenhuma relação associativa. Dentre os que participam de alguma associação ou grupo, destacam-se: a participação em igreja ou organismo religioso, assinalada por 48,7% (r = 372) dos respondentes; e a participação em grupo desportivo, recreativo ou cultural, assinalada por 20,3% (r = 155) dos participantes. As respostas relacionadas à participação em associações e grupos está apresentada no gráfico 1. Anota-se que em função da pouca idade dos participantes, bem como em função da condição de estudantes (não trabalhadores), a não participação em conselhos ou associações profissionais, bem como em partidos políticos e sindicatos, era esperada.

Gráfico 1 – Participação em associações e grupos, tanto políticos, como culturais e religiosos

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Dentre os que participam de associações ou grupos, apenas 3,9% ($r = 24$) responderam que “frequentemente” falam sobre política nesses espaços, enquanto 34,2% ($r = 210$) informaram “nunca” ter falado. Ou seja, Igrejas, grupos desportivos e grêmios estudantis, não aparecem como espaços privilegiados de discussão sobre política. A tabela 3 mostra a frequência com que os jovens se dedicariam (ou não) a diferentes atividades de carácter político.

Tabela 3 – Frequência de dedicação às atividades de carácter político.

Grau por atividade	Fez no último ano	Fez em anos anteriores	Nunca fez, mas poderia fazer	Nunca o faria	NR/NS
Assistir debate político na TV	25,7%	22,4%	15,6%	29,6%	6,7%
Assistir o horário político	24,0%	21,3%	12,3%	41,3%	1,1%
Assinar petição ou abaixo-assinado	17,4%	20,6%	34,8%	20,2%	7,0%
Participar de manifestação de rua	11,6%	16,4%	35,5%	30,0%	6,5%
Participar de reunião pública sobre algum assunto de interesse público (segurança, saúde, etc.)	11,2%	10,6%	42,9%	28,4%	6,9%
Participar de comício ou reunião política	10,0%	16,9%	24,1%	41,9%	6,2%
Participar de fórum ou em um grupo de discussão pela internet	8,6%	6,2%	31,9%	47,1%	6,2%
Contactar ou aparecer na mídia (internet, TV, rádio ou jornal) para exprimir suas opiniões	6,4%	5,7%	33,4%	48,0%	6,5%
Dar dinheiro ou recolher fundos para causa de interesse público	6,2%	6,3%	33,4%	47,1%	7,0%
Procurar um político para expressar seu ponto de vista	6,1%	6,2%	43,5%	37,3%	6,9%
Procurar um político para	5,8%	5,0%	27,8%	54,2%	7,2%

solicitar um favor pessoal					
Boicotar ou comprar determinado produto por questões políticas, éticas e ambientais	5,4%	5,0%	19,1%	62,9%	7,6%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Agrupando, de um lado, as respostas “fez no último ano” e “fez em anos anteriores”, entendendo-as como “já fez”; e, de outro lado, agrupando as respostas “nunca fez, mas poderia ter feito” e “nunca o faria”, entendendo-as como “nunca fez”, nota-se que o envolvimento com atividades vinculadas à política é baixo. Apenas a opção “Assistir debate político na televisão” teve como resposta mais pessoas que já fizeram do que nunca fizeram, mas, mesmo assim, esse número não alcança nem a metade dos respondentes. Chama a atenção a alta rejeição dos participantes da pesquisa a ações de boicote a produtos, marcas ou empresas por questões políticas, visto que os chamados “cancelamentos” parecem fazer parte do cotidiano dos jovens hoje, orientando frequentemente o comportamento de personalidades/famosos, marcas e empresas.

Outro dado que aponta para a pouca participação dos jovens em discussões políticas é a alta quantidade de respondentes que, quando perguntados sobre participarem de um fórum ou em um grupo de discussão pela internet, afirmaram que nunca participaram ($r = 1.262$). Tendo em vista a importância da internet como meio de comunicação e divulgação das ações políticas na atualidade, a falta de participação dos jovens nesse ambiente pode ser reflexo da falta de interesse por política. A forma de participação mais comum entre os pesquisados é via televisão. Quando perguntados sobre “assistir debate político na TV” e “assistir horário político”, 48,10% e 45,30%, respectivamente, afirmaram já terem feito.

Os dados sobre os meios que utilizam para se informar sobre política reforçam que a televisão é o mais usado. Observa-se que os jovens buscam em sua maioria se informar sobre política via telejornais, considerando que 23,8% ($r = 378$) afirmam acompanhar “todos os dias” o noticiário.

As tecnologias da informação e comunicação mais antigas, como rádio e jornais impressos, como era esperado, são os menos utilizados pelos jovens. Mas, chama a atenção que 28,4% ($r = 451$) dos jovens tenham respondido que “nunca” utilizaram a internet como fonte de informação política.

A tabela 4 mostra como os jovens relacionam mais a cidadania com ações de natureza individual/pessoal, como as que aparecem nas primeiras linhas da tabela (por exemplo: “ajudar as pessoas que vivem pior do que você”), do que com ações de natureza coletiva/associativa, como as que aparecem nas últimas linhas da tabela (por exemplo: “participar de associações, sindicatos ou partidos políticos”). A questão solicitava que fosse marcado um “X” no nível de importância de cada ação para a cidadania.

Tabela 4 – Cidadania: natureza individual/pessoal X natureza coletiva/associativa.

Ações cidadãs	É importante	Indiferente	Não é importante
Ajudar pessoas que vivem pior do que você	81%	7%	11%
Obedecer sempre às leis e aos regulamentos	80%	8%	12%
Tentar compreender a maneira de pensar das pessoas com opiniões diferentes das suas	74%	10%	16%
Nunca deixar de pagar impostos	73%	9%	17%
Manter-se informado sobre economia política	72%	10%	18%
Votar sempre nas eleições	72%	9%	19%
Manter-se informado sobre as atividades do governo	71%	11%	18%
Estar disposto a prestar serviço militar ou ir para a guerra quando for necessário	55%	14%	31%
Participar em associações, sindicatos ou partidos	38%	16%	46%
Escolher produtos por questões políticas, éticas ou ambientais, mesmo que eles custem mais caro	35%	15%	50%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

A tabela 5 indica que os jovens confiam mais em pessoas do que em instituições. Em uma escala de 1 a 7, na qual 1 correspondia a não confiar nada e 7 correspondia a confiar plenamente, os jovens participantes da pesquisa marcaram o seu nível de confiança em diferentes pessoas e instituições. Para a construção da tabela calculou-se a média das repostas dadas, por instituição.

Tabela 5 - Confiança nas pessoas e/ou nas instituições

Instituição	Médias
Família	5,83
Escola	4,69
Igreja	4,39
Colegas	4,22
Polícia	4,08
Pastor / Padre	3,93
Judiciário	3,75
Associação de bairro	2,86
Vizinhos	2,85
Governo Federal	2,55

Prefeitura	2,55
Prefeito	2,41
Governo Estadual	2,34
Câmara de Vereadores	2,24

Fonte: dados da pesquisa (2022).

De acordo com os dados, considerando as médias calculadas, os jovens respondentes confiam na família em primeiro lugar, em segundo na escola e em terceiro na igreja. Como se pode notar, os primeiros colocados são aqueles que “estão presentes”, “personificados”, fazendo parte do cotidiano dos indivíduos.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa alcançou o seu objetivo de gerar informações sobre a cultura política dos jovens do litoral paranaense, tendo seus resultados servido para orientar o planejamento das atividades do projeto de extensão, que passou a desenvolver ações de educação política dirigidas a crianças e jovens, focadas na divulgação de informações sobre a estrutura e o funcionamento do Estado brasileiro e no estímulo à participação democrática.

A hipótese inicial foi reafirmada. A partir da pesquisa é possível perceber que os jovens do litoral paranaense demonstram não ter interesse por política. Além das respostas que indicam diretamente essa falta de interesse, como a frequente associação de política à ideia de corrupção e roubo, o baixo número de jovens com título de eleitor e a falta de conhecimento sobre a característica/função dos cargos públicos eletivos, em algumas questões o número elevado de respostas em branco ou de resposta “não sei” também aponta, mesmo que de forma indireta, para essa falta de interesse ou para certa displicência dos jovens para com a temática.

Importa destacar que os jovens não identificam no seu cotidiano muitos espaços nos quais temas políticos sejam abordados. A escola, primeiro espaço público institucionalizado de socialização dos indivíduos, é reconhecida pelos participantes da pesquisa como espaço no qual são tratados temas relacionados à política. No entanto, a escola não é reconhecida pelos jovens como um espaço no qual eles se sintam em condições de participar e nem no qual, de fato, participem.

A partir das respostas, é possível inferir que a inserção dos jovens neste primeiro espaço público de convívio e formação, que é a escola, pode ser melhorada. A escola pode ter o estudante como um de seus interlocutores no planejamento e na execução da política educacional, bem como das atividades mais cotidianas, do dia-a-dia escolar. O incentivo à constituição e atuação de grêmios estudantis, a garantia de espaço de participação estudantil, estratégias para a promoção da escuta e do diálogo, são algumas formas. A escola pode, assim, contribuir para a formação de cidadãos participativos.

Os jovens que participam de alguma organização associativa estão em grande parte ligados a igrejas, que também não são reconhecidas pelos participantes da pesquisa como espaços de discussão sobre política.

Nota-se que, no geral, o envolvimento dos jovens com atividades relacionadas à política é baixo. Muitos responderam que não participariam de manifestações de rua, comícios ou reuniões políticas e nem participariam de fóruns ou grupos de discussão pela internet. Os jovens identificam como ações cidadãs ações de natureza mais individual/pessoal, como, por exemplo, “ajudar pessoas que estão em situação pior”, do que ações de natureza coletiva/associativa, como “participar de associações, sindicatos ou partidos políticos”.

A participação dos jovens parece se limitar a uma posição passiva de assistir, como “assistir debates políticos pela TV” ou “assistir ao horário político”. As atividades que demandam comportamento ativo do indivíduo, como participar de comícios, reuniões ou fóruns de discussão, exprimir publicamente suas opiniões, orientar seu consumo por questões políticas, são rejeitadas pelos jovens.

Por fim, destaca-se que a televisão é o meio mais utilizado pelos jovens para se informar sobre política, chamando a atenção o fato de 28,4% dos participantes terem marcado que “nunca” utilizaram a internet como fonte de informação política.

Como limitação da pesquisa entende-se que não foi possível um controle maior na seleção dos respondentes, assim como da qualidade das respostas, visto que muitos questionários foram entregues com respostas em branco.

A equipe do projeto de extensão Cultura + Política pretende replicar a pesquisa, realizando-a de tempos em tempos, acompanhando como os jovens do litoral paranaense

pensam e vivenciam a política. Compreender como os jovens se relacionam com a política, suas instituições, sistemas e práticas é passo importante para o desenvolvimento da cidadania e o fortalecimento da democracia.

REFERÊNCIAS

ABEP. **Crítério Brasil** (ABEP). Disponível em: <<https://www.abep.org/>>. Acesso em: 3/6/2022.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 43–64, 2008. Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/op/a/SXb5hxxKDHgM3Y9YMvRgMzN/abstract/?lang=pt>>.

AZEVEDO, S.; JUNIOR, O. A. dos S.; RIBEIRO, L. C.de Q. R. Mudanças e permanências na cultura política das metrópoles brasileiras. **SciELO Brasil**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/ybNf8xWzwwQqJqXXF9kXjvy/?lang=pt&format=html>>.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de sociologia**, v. 21, p. 83–108, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>>.

BAQUERO, M.; CASCAVEL, R. B. EM PERSPECTIVA. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. **Ciências Sociais em Perspectiva**. Cascavel, PR. Vol. 6, n. 11 (2007), p. 139-153 Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/184241>>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^o ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

LARA, C. P. **Cultura Política dos jovens de Guaratuba, no litoral do Paraná**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Gestão Pública) Matinhos: Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, 2017.

LEAL, P.R.F; GROHMANN, R. do N.; SILVA, R.S. A extensão universitária a serviço da politização de adolescentes de bairros periféricos: o caso da oficina de cultura política em projeto da UFJF. **Extensão em foco**, n.5, Curitiba: Editora UFPR, jan./jun. 2010.

MILANI, D. P. **Cultura política dos jovens no litoral do paraná: resultados de pesquisa sobre participa o social**, Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado

Administração Pública). Matinhos: Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, 2019.

MINAYO, M. C. DE S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PALLARO, T. M. **Identificar nos jovens em Paranaguá-Paraná, os elementos que constituem a Cultura Política na atualidade**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Gestão Pública) Matinhos: Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, 2018.

REBULI, B. **Cultura Política dos jovens – um estudo em Pontal do Paraná**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Gestão Pública) Matinhos: Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, 2017.

Recebido em: 18 de julho de 2022.

Aceito em: 02 de fevereiro de 2023.